Artigos

ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aceito em: 1º/9/2021
Período de publicação: 2024

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 10 • n. 22 • 2024)

Como citar o artigo:

SANTOS, K. de S.; FONSECA, L. C. N. da. Formação histórico-social na Amazônia Paraense: um olhar sobre o passado a fim de compreender o presente do município de Irituia, PA. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 10, n. 22, p. 13-25, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2024v10i22.p13-25.

FORMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL NA AMAZÔNIA PARAENSE

UM OLHAR SOBRE O PASSADO A FIM DE COMPREENDER O PRESENTE DO MUNICÍPIO DE IRITUIA, PA

Karla de Souza Santos[1]
Luiz Carlos Neves da Fonseca[2]

Resumo: O objetivo deste artigo consistiu em analisar a formação histórico-social na Amazônia Paraense, especificamente a do município de Irituia, PA, refletindo sobre a ocupação territorial, os atores sociais e as práticas agrícolas que configuraram a complexidade do cenário amazônico do período colonial até o início do período republicano. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica acerca dos processos históricos que constituíram as bases das relações socioeconômicas no contexto desse município paraense. A formação de Irituia, PA, apresenta como características: presença de povos indígenas (Tembé) ao longo do Rio Guamá, que atravessa o município; surgimento como município a partir de sesmarias concedidas no ano de 1725; e agricultura forte, com diversidade de produtos, destacando-se o cultivo de tabaco. Nesse cenário, as relações socioeconômicas pautam-se na utilização de mão de obra indígena, em conflitos com os colonizadores, na utilização de rios onde ocorria a entrada e saída de embarcações, nas atividades agrí-

[1] Engenheira Ambiental, mestre em Ciências Ambientais e doutoranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (DAFDS), Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
E-mail: karla.pehse@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-3407-5727

[2] Engenheiro-agrônomo, mestre em Ciências Ambientais e doutorando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (DAFDS), Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
E-mail: luizneves.agro@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5720-8828

colas, etc. Assim, estabelecia-se a complexa dimensão social, econômica, política e cultural na Amazônia Paraense. Portanto, os vários atores sociais (indígenas, portugueses, comerciantes, etc.) foram fundamentais para as relações comerciais, a diversidade de cultivos agrícolas, os conflitos e resistência, entre outros, o que reflete a dinâmica histórica do município de Irituia para a formação da Amazônia Paraense.

Palavras-chave: Amazônia Paraense, herança colonial, município de Irituia, ocupação territorial.

HISTORIC-SOCIAL FORMATION IN THE PARAENSE AMAZON: A LOOK ABOUT THE PAST IN ORDER TO UNDERSTAND THE PRESENT IN THE MUNICIPALITY OF IRITUIA, PA

Abstract: The objective of this article is to analyze the historical-social formation in the Pará Amazon, specifically in the municipality of Irituia-PA, reflecting on the territorial occupation, social actors, and agricultural practices that have configured the complexity of the Amazonian scenario from the colonial period to the beginning of the republican period. This is a documental and bibliographic research about the historical processes that constituted the bases of the socioeconomic relations in the context of this Paraense municipality. The formation of the municipality of Irituia-PA is characterized by the presence of indigenous peoples (Tembé) along the Guamá River, which crosses the municipality; the emergence as a municipality from sesmarias granted in 1725 and; strong agriculture with a diversity of products, especially tobacco cultivation. In this scenario, the socioeconomic relations are based on the use of indigenous labor, in conflicts with the colonizers, in the use of rivers where boats could come and go, in agricultural activities, etc. Thus, a complex social, economic, political and cultural dimension was established in the Pará Amazon. Therefore, the various social actors (indigenous, Portuguese, traders, etc.) were fundamental for commercial relations, the diversity of agricultural crops, conflicts and resistance, among others, which reflects the historical dynamics of the municipality of Irituia for the formation of the Pará Amazon.

Keywords: Paraense Amazon, colonial heritage, municipality of irituia, territorial occupation.

Introdução

Segundo Castro e Campos (2015), os povos indígenas que habitavam a Amazônia, durante séculos, ergueram as bases da construção histórica anteriormente à ocupação colonial europeia. Por outro lado, o processo de colonização dos portugueses, visando conquistar essa região, ocorreu a partir da fundação da cidade de Belém, PA, em 1616, e representou o controle da entrada por grandes rios, bem como o domínio do território, perante os indígenas e as outras nacionalidades (holandesa, francesa, inglesa, etc.). Os autores afirmam ainda que os cursos dos rios Amazonas, Tocantins, Acará, Moju, Capim, Araguaia, Xingu, Tapajós, entre outros, contribuíram para o estabelecimento de pontos estratégicos relacionados à expansão mercantil, religiosa e territorial na Amazônia Paraense (Castro; Campos, 2015).

É importante evidenciar, de acordo com Guzmán (2008), a história das Amazônias com o intuito de apresentar a complexidade existente durante a experiência colonial na região, visto que as formas de vida natural e humana estão em contínua interação e os movimentos são orientados por comércio, competição entre sociedades, conflitos, entre outras características que formam as sociedades amazônicas.

Destaca-se que os processos de transformação socioeconômica das realidades locais na Amazônia, ao longo da história, precisam de maior atenção e discussão, considerando a diver-

sidade de grupos (indígenas e não indígenas) e de dinâmicas que contribuíram para a formação histórico-social no contexto paraense. Assim, evita-se a desinformação e também a propagação de uma realidade estática e desconexa com os processos contemporâneos.

Abordagens teóricas que tratem da expansão do conhecimento sobre a formação histórico-social do Brasil e, principalmente, da Amazônia, e que contribuam para isso, são fundamentais, pois "[...] a imagem reproduzida [...] sobre o índio [...] até o presente, é de servil e submisso, sem contribuição significativa para a sociedade. [Porém,] uma nova escrita da história tem sido empreendida pelos povos indígenas do presente, e historiadores, que têm ressignificado as leituras [...] do passado." (Gusmão, 2012, p. 15, grifo nosso).

O objetivo deste artigo consistiu em analisar a formação histórico-social na Amazônia Paraense, especificamente do município de Irituia, PA, refletindo sobre a ocupação territorial, os atores sociais e as práticas agrícolas que configuraram o cenário complexo da Amazônia no período colonial até o ano de 1910, início do período republicano. Assim, evidenciam-se os processos de transformação (no passado e no presente) da dinâmica amazônica, os quais ocorrem a todo momento de forma não linear.

Nesse contexto, este artigo trata de uma pesquisa documental a partir de fontes que abordam o contexto histórico da Amazônia Paraense, com foco no município de Irituia, PA: o jornal *Diário de Notícias* (1885) e o álbum do Pará (1908), disponibilizados no acervo digital da página eletrônica, respectivamente, da Biblioteca Nacional Digital e da Fundação Cultural do Estado do Pará. Além disso, inclui-se o hino do município de Irituia. Essas fontes de pesquisa possibilitaram a busca por informações a respeito da formação histórico-social desse munícipio, sendo realizada pesquisa bibliográfica por meio do levantamento de reflexões, com abordagem teórica, que permitiram a compreensão e o debate acerca das relações sociais e econômicas que coexistiam no município de Irituia, PA, estabelecendo assim uma perspectiva tanto histórica quanto teórico-reflexiva.

A estrutura do presente artigo ocorre da seguinte maneira: na primeira seção, apresenta-se a natureza como fator (entre outros) que influenciou a ocupação colonial do território amazônico, historicamente, evidenciando que isso não pode estar dissociado da presença de povos indígenas, que são parte integrante da relação entre sociedade e natureza na região amazônica; na segunda seção, aborda-se a formação de núcleos populacionais paraenses, ocupação e cultivo das terras a partir das sesmarias e a presença de indígenas do grupo Tembé, que já habitavam espaços entre os estado do Pará e do Maranhão; na terceira seção, trata-se da presença dos Tembé ao longo do Rio Guamá, da colonização do município de Irituia (1725), da utilização da mão de obra desses indígenas em atividades econômicas, evidenciando conflitos e tensões entre eles e os colonizadores. Além disso, na quarta seção, destaca-se a relação forte do município com a agricultura (diversidade de produtos) e com os rios como meio de deslocamento e transporte; e, por fim, na última seção, as considerações finais.

Dessa maneira, a pesquisa contribui para estimular outras reflexões relacionadas à formação histórico-social de municípios da Amazônia Paraense, enfatizando o conjunto complexo de processos que ocorreram, historicamente, na região amazônica e que influenciaram nas mudanças dos aspectos sociais e econômicos do município de Irituia, PA. Deste modo, são fundamentais

as discussões que possibilitem maior compreensão sobre os fatores heterogêneos que formam Irituia a partir de entrelaçadas dinâmicas locais (políticas, culturais, históricas, etc.), discussões que podem ser expandidas para os diversos municípios da Amazônia Brasileira.

Ocupação Territorial do Estado Pará

O estado do Pará permaneceu à margem das iniciativas de colonização portuguesa, devido a sua posição geográfica, durante mais de um século (Tavares, 2008). Entretanto, esse cenário foi modificado a partir da fundação de São Luís do Maranhão por Daniel de La Touche, em 1612, que, ao obter a prosperidade de sua colônia, demonstrou aos portugueses que já era momento de cuidar da região Norte (Vianna, 1899).

Conforme Vidal e Malcher (2009), cartas régias datadas de 1616, após a expulsão dos franceses, já alertavam sobre a necessidade de proteção e defesa dos núcleos populacionais estabelecidos na região costeira do Maranhão e do Grão-Pará, considerando o interesse de Portugal de povoar, colonizar, cultivar e defender essa região dos invasores estrangeiros.

Em janeiro de 1616, a colonização de Belém iniciou-se por meio de Francisco Roso Caldeira de Castelo Branco. Assim, o estado do Pará integrou o grande cenário colonial, representando o começo da conquista militar e econômica da Amazônia (Cruz, 1958; Santos, 1928; Vianna, 1899). Esse contexto contribuiu para o surgimento de novos núcleos lusitanos, atendendo ao intuito português de fixar o ponto de resistência, combater a invasão de estrangeiros e também plantar. Entretanto, as tensões com os invasores (franceses, ingleses e holandeses), pelo domínio do território, resultaram em conflitos de guerras, desviando o foco do trabalho produtivo dos colonos ao longo do tempo (Santos, 1928; Vianna, 1899).

Em 1751, vários povoadores, trazidos pelos navios da frota do Maranhão, desembarcaram na capitania do Pará, onde havia "muito trabalho a fazer", imensas terras para "desbravar" e poucos homens para cultivá-las. Para isso, ocorreu o deslocamento pelos rios, como no Rio Guamá, localizado no nordeste paraense, onde existiam áreas extensas e férteis também, havendo a procura por novas terras pelo Rio Capim (Cruz, 1951, 1952).

Nesse mesmo ano, houve a criação dos estados do Grão-Pará e Maranhão, mantendo-se a unificação político-administrativa, porém com o Pará no centro do poder e a permanência dos problemas existentes na região desde o século XVII. O cultivo da terra continuava como destaque do governo. Salienta-se que, na segunda metade do século XVIII, vários solicitantes de sesmarias justificavam o pedido de concessão por já ocuparem com plantações as terras ainda não documentadas, sendo o uso de terras para agricultura motivo e argumento para solicitações de sesmarias (Vidal; Malcher, 2009).

Nesse sentido, Pereira (2016) explica que a ocupação e o uso produtivo das terras foram impulsionados pela concessão de sesmarias, instrumento da administração imperial de Portugal implantado na América portuguesa durante o período colonial e concedido àqueles que tinham condições de povoá-la e cultivá-la, sendo que a obrigatoriedade do cultivo consistia na condição legitimadora da ocupação das terras.

Segundo Weinstein (1993), as sesmarias, com a finalidade de estimular a colonização da Amazônia, não eram estabelecidas em áreas longínquas de florestas, mas em terras apropriadas para a agricultura ou pecuária, localizadas nas proximidades da cidade de Belém. Ressalta-se que, como os donatários não tinham os meios necessários para beneficiar nem a centésima parte da terra que podiam tomar para si, houve a necessidade de "angariar moradores que levassem capitais e que se propusessem a receber terras de sesmarias e a cultivá-las" (Varnhagen, 1956, p. 212). Nesse momento, a distribuição das sesmarias ocorria sem preferência ou discriminação de qualidade e condição, contanto que o contemplado fosse cristão (Cruz, 1960).

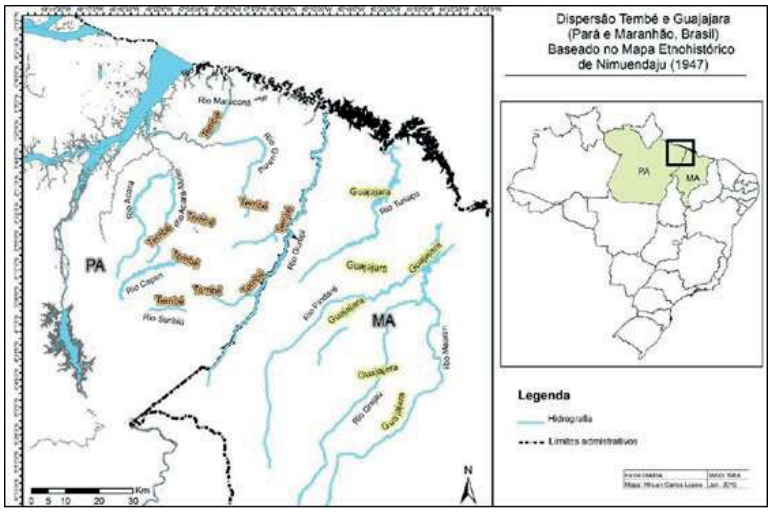
Desse modo, surgiram diversas freguesias nos núcleos de colonização ou nas aldeias, fundadas pelas missões religiosas, no século XVIII. Posteriormente, com a política pombalina, no Alvará de 7 de junho de 1775, essas freguesias tornaram-se vilas, com a denominação de cidades portuguesas em substituição aos nomes indígenas, originando os municípios paraenses (Barbosa, 1976; Cruz, 1958; Tavares, 2008).

Diante desse contexto, é importante ressaltar que Beltrão (2012), ao citar o mapa etno-histórico do Brasil, elaborado por Nimuendajú (1981 [1944]), explica sobre a ampla presença de indígenas do grupo Tembé habitando a costa atlântica, entre os estados do Pará e do Maranhão, pelos rios, Capim, Guamá, Gurupi, Maracanã, Pindaré e Mearim, chegando às cabeceiras dos referidos rios, onde dividiam o território com outros grupos indígenas (Tupinambá, Guajajara, Kaapor, etc.). Assim, a movimentação dos grupos Tembé, ao longo das margens dos rios Capim e Guamá, na Amazônia Paraense, possibilitou um processo de dispersão e o contato com a rede étnica Tembé da área Gurupi-Guamá (Lopes, 2016).

Ocupação Territorial do Município de Irituia, PA

O município de Irituia localiza-se no nordeste paraense, "a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará", na microrregião do Guamá, região fortemente influenciada pela dinâmica do mercado do Rio Guamá (Cordeiro et al., 2017, p. 20; Rebello; Homma, 2017).

Figura 1. Grupo indígena Tembé (Pará, Rio Guamá) e Guajajara (Maranhão), Brasil.



Fonte: Lopes (2016).

Assim, Mitschein e Tomaz Filho (2008) retratam que a presença dos Tembé no entorno da região do Rio Guamá (Figura 1) ocorre muito antes do século XVII, ou seja, essa região já era habitada por povos indígenas desse grupo (Arnaud, 1984; Dias, 2010; Hurley, 1928; Ximenes; Coelho, 2017). Segundo Quintiliano (1921), a colonização de Irituia datou de 1725. Sobre os marcos históricos de Irituia, Galvão (2019) afirma que os indígenas habita-

vam e exploravam o espaço entre 1720 e 1850, ocorrendo, nesse período, a chegada das primeiras embarcações e colonizações europeias na área onde houve a formação do município de Irituia, PA.

Nesse contexto, a origem da colonização do território de Irituia ocorreu por meio da concessão de uma sesmaria, localizada em terras pertencentes a Ourém e destinada ao português Lourenço Ferreira Gonçalves. No local foi erguida uma capela de Nossa Senhora da Piedade (Irituia, 2024). O álbum do Pará, no ano de 1908, divulgou esse momento histórico do período colonial por meio do trecho a respeito da fundação de Irituia, que afirma: "[...] à margem esquerda do rio Irituia, afluente do rio Guamá, [...], uma modesta capella sob a invocação de N. S. da Piedade [...] foi a origem da villa de Irituia." (Pará, 1908, p. 188), evidenciado conforme Figura 2.

Figura 2. Capela na praça da matriz em Irituia, Pará, Brasil.



Fonte: Pará (1908).

O surgimento de Irituia, com as terras desmembradas de Ourém, reflete as diferenças políticas entre os municípios, de modo que, ao longo do tempo, permaneceram várias modificações político-administrativas, configurando a emancipação de Irituia como município no ano de 1933, contando com um único distrito, dividido em cinco zonas: Irituia, São Gregório, Santa Rita, Durão Matutuí e Vila Conceição. O nome do município veio do Tupi "i" (água) "ri" (que corre) "tuia" (velha) = corredeira velha (Tavares, 2008; Quintiliano, 1921). Além disso, os registros sobre a história de Irituia são observados também no hino do município, escrito por Cleucydia Lima da Costa, cujo trecho da letra entoa:

> Tua história nos mostra alegria / Desde os tempos da concessão / Da chamada Sesmaria / Que com o nome de freguesia / Teve sua libertação / Porém sendo mui cobiçada / Te tornastes subordinada / E sem poder opinar também / Fostes apenas chamada / Cabeça Vila de Ourém / Teu povo religioso / E, portanto, corajoso / Não hesitou em lutar / A autonomia esperada / Por muitos desejada / Não demorou chegar / És altiva e jubilas feliz / Liberdade que teu povo quis / Pois outrora divulgaste com bravura / E assim remanescestes Irituia [...] (Costa, 1933, p. 1).

No trecho citado, observa-se a relação entre a concessão de sesmaria e a luta do povo religioso, corajoso, que com bravura lutou pela autonomia e pelo surgimento do município. Nesse sentido, recorre-se ao argumento de Chambouleyron, Arenz e Melo (2020), que evidencia a capacidade de rearticulação das práticas tradicionais dos indígenas, mesmo diante dos mecanismos coloniais como sesmarias e aldeias missionárias, o que resultara na construção da autonomia por meio do trabalho da terra.

No Pará, em 1838, "[...] todos se preocuparam com a solução de um problema para a provincea: a falta de braços para o cultivo da terra e consequentemente progresso da agricultura [...]" (Cruz, 1958, p. 17). Gonçalves (2010) também ressalta que a exploração econômica, utilizando mão de obra dos indígenas Tembé, ocorria em várias atividades, como: navegação pelos rios (remeiros), extração de óleo de copaíba, borracha e exploração madeireira, etc.

É importante chamar atenção para o processo de construção da dinâmica social e econômica amazônica, o qual se constituiu com base nas "drogas do sertão", na atividade cacaueira, na pesca e na força de trabalho de pessoas escravizadas: negros, mulatos, mestiços e, principalmente, indígenas (Hoornaert, 1992). Por exemplo, conforme Meira (2017), a etnia Tembé do Guamá permaneceu sob exploração de regatões e dedicados sobretudo ao corte de madeira. A presença da atividade madeireira, entre outras, já está registrada desde a criação do hino do município, que em outro trecho expressa:

> [...] Em tua terra riqueza ostenta / Desde os tempos iniciais / A madeira e o granito apresentas / Como fontes naturais / É teu rio que transborda de amor / Trás o peixe ao pescador / Irituia progredindo / Povoados vão surgindo / Demonstrando o seu valor [...] (Costa, 1933, p. 1).

Porém, é importante ressaltar que as tensões socioculturais evidenciadas ao longo da história influenciam na redução ou perda cultural de várias populações indígenas, desde o período colonial, devido à ocorrência de guerras, ações missionárias, políticas de miscigenação, exploração e escravidão da mão de obra, interesses pela terra e por seus produtos, doenças, etc. (Santa-Brígida, 2004).

Essas relações conflituosas com os colonizadores também influenciaram em grande decréscimo da população Tembé, por exemplo, ocasionada por doenças que se disseminaram devido ao contato mais intenso com os brancos e afetaram a população local em surtos epidêmicos (Dodt, 1939; Hurley, 1928; Meira, 2017). Sobre esses surtos epidêmicos, tem-se o relato de um indígena Tembé:

> Eu era rapazinho, né? [...] Ai morria muita gente [...] Chamavam a gente para ir ver um parente que morreu, do sarampo, e a gente ia, só que no tempo da viagem, até a gente chegar lá, já morriam mais dois ou três (Meira, 2017, p. 49).

Diante disso, recorre-se ao proposto por Dias (2010) ao enfatizar que, desde a colonização, os indígenas Tembé foram pressionados à extração dos produtos da terra "descoberta" pelos agentes do poder, e esses grupos estavam sujeitos a abusos e extorsões praticados pelos comerciantes, o que contribuiu para a ocorrência de conflitos recorrentes entre os povos indígenas e os portugueses.

Portanto, segundo Chambouleyron, Arenz e Melo (2020), embora a colonização implique um processo de apagamento dos espaços e das práticas agrícolas indígenas, os indígenas conseguiram resistir por meio da construção de novas práticas e da legitimação de novos espaços de produção no interior do mundo colonial. Salienta-se, conforme o autor, que ainda se conhece pouco sobre as dinâmicas de produção das aldeias de indígenas livres, das tradições agrícolas e de sua ressignificação, visto que se trata de diversos espaços multiétnicos.

Potencialidades de Irituia: terras, transporte pelos rios e diversidade agrícola

A formação histórico-social do município de Irituia, PA, segundo Galvão (2019), apresentou um período denominado o "tempo da terra forte", caracterizado por áreas cobertas com florestas, grande diversidade de fauna e flora, boa produtividade agrícola e o uso dos rios como "ponto forte", tanto para a alimentação quanto para o deslocamento, além de rota principal de entrada de embarcações, visto que existiam poucas aberturas por terra.

No álbum do Pará, de 1908, uma fotografia evidencia a utilização das margens do rio para a implantação de cultivos, a partir da retirada da cobertura vegetal, no município de Irituia (Figura 3). Isso demonstra uma característica presente desde o período colonial no Pará, ou seja, a concessão de terras para plantações, por meio de sesmarias, acompanhando o curso dos rios, haja vista não existirem rodovias, tendo esses recursos como as principais vias de acesso e escoamento de produção.

Figura 3. Derrubada para plantações nas margens do rio, em Irituia, Pará, Brasil.



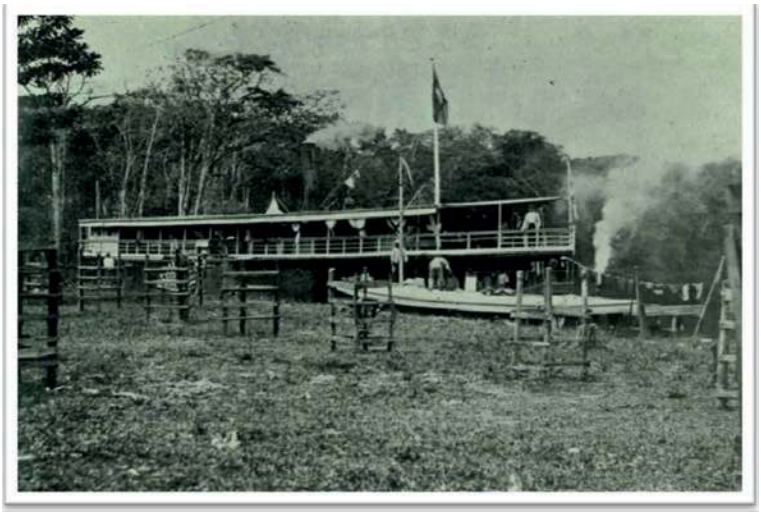
Fonte: Pará (1908).

As sesmarias na Amazônia acompanhavam o curso dos rios, ou seja, os colonizadores foram, ao longo do tempo, ocupando as terras que margeavam os grandes rios em direção às suas nascentes, muitos desses rios só eram navegáveis durante as marés altas e com auxílio do conhecimento de navegação das populações indígenas na região amazônica, onde a imensa maioria das terras exploradas está às margens dos rios ou é atravessada por curso d'água (Souza Filho, 2016).

Diante disso, destaca-se que a concessão de terra em sesmaria não era obtida apenas por moradores, autoridades, religiosos; indivíduos e grupos indígenas também recorriam a ela como forma de garantir sua sobrevivência ou como estratégia de negociação com as autoridades régias (Chambouleyron; Arenz; Melo, 2020).

No ano de 1885, o jornal *Diário de Notícias* trouxe relatos sobre a utilização dos rios com atividades praticadas, historicamente, relacionadas não somente ao deslocamento pelos cursos d'água, na edição de nº 281: "§ 1.º A navegação será feita entre esta capital e vila de Irituia, com escala de ida e volta pelos rios Inhangapy e Bujarú, até onde forem navegáveis, duas vezes por mez" (Diário de Notícias, 1885a, p. 2), mas também à diversidade de produtos das atividades econômicas em Irituia, na edição nº 214: "Resumo da carga a vapor S. Domingos, procedente de Irituia: tabaco 392 kilos, borracha 337 ditos, farinha 358 alqs., feijão 22 alqs., cacáo 132 kilos, couro de veado" (Diário de Notícias, 1885b, p. 2). Deste modo, a presença de embarcações às margens do rio em Irituia (Figura 4) destaca a dimensão socioeconômica forte do município, estabelecida com base na navegação pelos rios.

Figura 4. Ponto com embarcações no interior de Irituia, Pará, Brasil.



Fonte: Pará (1908).

Conforme Nunes (2009), o relatório da Assembleia Legislativa da Província do Pará, 1865, apresentava diversas atividades comerciais que eram desenvolvidas principalmente por meio do comércio de cabotagem entre diversos municípios paraenses e freguesias como: Irituia, Bragança, Ourém, Vigia, São Miguel, entre outros. Esse comércio de cabotagem constituía a principal forma de ligação entre os povoamentos, era realizado por barcos e ocorria na Zona Bragantina, devido à produção agrícola elevada na região, que era intensificada ao ser somada com a produção nas vilas de Vizeu, Quatipuru, São Caetano, Curuçá, Irituia e Ourém. Assim como Prost (1998), Nunes (2009) destaca que havia uma estrada de rodagem que ligava a cidade de Bragança à Vila de Ourém e de Irituia, localizadas ao longo do Rio Guamá, conhecidas por ser uma região de produção agrícola (tabaco, farinha, feijão, milho, arroz, entre outros) onde atracavam os vapores que partiam para a capital do Pará.

Em relação às principais atividades econômicas do município de Irituia, Quintiliano (1921) ressalta o tabaco, que era vendido como fumo em molho; o arroz em casca; a farinha de mandioca; a malva e o algodão. Devido à importância da produção do tabaco no município, havia duas fábricas de fumo em molho e outra era destinada à extração de pedras, em um cenário com três estabelecimentos industriais.

Figura 5. Plantação de tabaco em Irituia, Pará, Brasil.



Fonte: Pará (1908).

Essa importância da produção expressiva de tabaco em Irituia (Figura 5) está expressa no trecho "o município exporta muito tabaco, bem reputado nos mercados da capital, farinha de mandioca e cereais" (Pará, 1908, p. 150). Esse destaque ao cultivo do tabaco inclui Irituia e outros diversos municípios do Pará, nos anos iniciais da república, pois, segundo o mesmo documento, "em 18 municípios do estado, cultiva-se o tabaco, sendo os principais produtores o município de Irituia, São Miguel do Guamá,

Ourem, Acará e Bragança [...]. O tabaco entrado em Belém, capital do estado, em 1906 montou 1.031.824 kilos" (Pará, 1908, p. 172).

Entretanto, segundo Lacerda e Vieira (2015), o anseio por modernidade, devido ao advento da República em 1889, contribuiu para o fortalecimento do discurso de que a lavoura desenvolvida no Pará era "atrasadíssima" ou "estacionária nos tempos coloniais", o que era um problema para as autoridades paraenses e só seria resolvido mediante ensino agrícola com métodos mais modernos. Nesse cenário, ainda conforme o autor, os colonos, dedicados ao trabalho na lavoura, eram vistos com preconceito, considerados inaptos para a agricultura e com métodos responsáveis pelo fracasso da lavoura. Diante disso, destaca-se o surgimento de um período em busca da modernização, o que também influenciou na história da formação histórico-social na Amazônia Paraense.

Considerações Finais

A formação histórico-social de Irituia, PA, apresenta como característica o controle do território a partir da entrada pelos diversos rios na região, permitindo a expansão de diferentes e complexas dinâmicas socioeconômicas no interior da Amazônia Paraense, o que também ocorreu na maioria dos municípios paraenses. Para o estabelecimento dos núcleos populacionais como Irituia, vários atores sociais (indígenas, comerciantes, portugueses, religiosos, etc.) foram fundamentais para a realização de mudanças ocorridas, tais como a ampliação das relações comerciais, a diversidade de cultivos agrícolas, que reflete o potencial de Irituia, entre outros, o que não ocorre isoladamente, portanto tem relação também com as estratégias de reprodução social das sociedades amazônicas ao longo dos séculos.

É importante ressaltar que o município de Irituia, assim como outros municípios paraenses, teve sua economia voltada para o uso agrícola das terras desde a colonização, apresentando destaque para o cultivo do tabaco, entre outros. Até os dias atuais, Irituia apresenta grande parte de sua economia voltada para a agricultura. Além disso, a formação dos municípios do nordeste paraense apresenta similaridades devido às especificidades (solo, altitude, rios, etc.) que influenciaram nas atividades implantadas pelos colonizadores nessa região.

Portanto, as relações socioeconômicas que pautam a formação histórico-social de Irituia, na Amazônia Paraense, ocorrem em um contexto onde se usava mão de obra indígena, com relações conflituosas com os colonizadores, deslocamento e transporte por meio de embarcações nos rios, atividades agrícolas, etc., sendo esses alguns aspectos, entre tantos outros, que refletem a complexidade das dimensões social, econômica, política, cultural, etc. que configuram a realidade amazônica. Deste modo, a diversidade social e as aspirações dos diferentes grupos (por exemplo, indígenas, portugueses, comerciantes, etc.) contribuíram para o estabelecimento de dinâmicas diferentes, evidenciando as heterogeneidades como características do espaço amazônico.

Diante disso, destaca-se a necessidade de mais estudos que se dediquem ao aprofundamento dos acontecimentos no município (no período colonial e republicano), apresentando os processos cruciais do passado como pilares para a compreensão a respeito do presente do contexto amazônico, onde não cabe generalizações, devido às variadas especificidades locais, que não ocorrem de forma isolada.

Referências

ARNAUD, E. O direito indígena e a ocupação territorial - o caso dos índios Tembé do Alto Guamá (Pará). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27/28, p. 327-342, 1984/1985.

BARBOSA, J. M. de A. O mapa geral do bispado e a divisão política da província do Grão-Pará em 1759. **Revista do Tribunal de Contas do estado do Pará**, Belém, PA, v. 6, n. 8, p. 219-240, 1976.

BELTRÃO, J. F. Histórias 'em suspenso': os Tembé 'de Santa Maria', estratégias de enfrentamento do etnocídio 'cordial'. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 195-212, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.20949/rhhj.v1i2.47. Acesso em: 21 fev. 2020.

CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém, PA: NAEA, 2015.

CHAMBOULEYRON, R.; ARENZ, K. H.; MELO, V. S. de. Ruralidades indígenas na Amazônia colonial. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, PA, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2019-0027. Acesso em: 21 fev. 2020.

CORDEIRO, I. M. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. (org.). **Nordeste Paraense**: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Belém, PA: EDUFRA, 2017. 323 p.

COSTA, C. **Hino de Irituia – PA**. [Irituia]: Prefeitura Municipal de Irituia, 1933.

CRUZ, E. **Colonização do Pará**. Belém, PA: INPA, 1958.

CRUZ, E. **O Pará do século XVII**. Rio de Janeiro, 1951. p. 9.

CRUZ, E. **Procissão dos séculos**. Belém, PA, 1952, p. 11.

CRUZ, E. **Têmas da História do Pará**. Belém, PA: SPVEA, 1960.

DIÁRIO DE NOTICIAS. Belém, PA, ano VI, n. 214, p. 2, dez. 1885a. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=4385. Acesso em: 25 out. 2019.

DIÁRIO DE NOTICIAS. Belém, PA, ano VI, n. 281, p. 2, dez. 1885b. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=4641. Acesso em: 25 out. 2019.

DIAS, C. L. **O povo Tembé da terra indígena Alto Rio Guamá**: construindo vias de desenvolvimento local?. 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

DODT, G. **Descripção dos rios Parnahyba e Gurupy**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. 233 p. il. Mapa. (Brasiliana, 5ª serie, v. 138).

GALVÃO, L. de N. G. B. **"O que mudou?"**: estudo das trajetórias dos sistemas agroflorestais no município de Irituia-PA. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

GONÇALVES, R. F. **Autonomia e sustentabilidade indígena**: entraves e desafios das políticas públicas indigenistas no estado do Pará entre 1988 e 2008. 2010. 275 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

GUSMÃO, D. A. **Guerras na Amazônia no século XVII**: resistência indígena à colonização. Belém, PA: Estudos Amazônicos, 2012. 56 p.

GUZMÁN, D. de A. A colonização nas amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 3, n. 2, p. 103-139, 2008.

HOORNAERT, E. **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HURLEY, H. J. Relatório apresentado sobre sua viagem de inspecção aos índios do Guamá e Gurupy. In: HURLEY, H. J. **Nos sertões do Gurupy**. Belém, PA: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1928. p. 15-38.

IRITUIA. **História de Irituia**. Prefeitura Municipal de Irituia, 2024. Disponível em: https://irituia.pa.gov.br/ir/modal?ptg=536. Acesso em: 2 fev. 2024.

LACERDA, F. G.; VIEIRA, E. R. C. "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X016030006. Acesso em: 5 jan. 2020.

LOPES, R. C. dos S. Políticas indigenistas na Amazônia brasileira e a resistência étnica dos tembé/tenetehara de Santa Maria do Pará. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 162-193, jul./dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-6524.66366. Acesso em: 15 jan. 2020.

MEIRA, S. História do povo Tembé. In: VALENTE, R. de M.; KAHWAGE, C. M. C. **Gestão ambiental e territorial da Terra Indígena Alto Rio Guamá**: diagnóstico etnoambiental e etnozoneamento. Belém, PA: Ideflor-Bio, 2017.

MITSCHEIN, T. A.; TOMAZ FILHO, F. P. **Eco desenvolvimento, proteção da biodiversidade e mitigação do efeito estufa na Reserva Indígena do Alto Rio Guamá**: o povo Tembé em busca da sua auto-sustentabilidade – proposta de projeto institucional – UFPA/MPF-PA/FUNAI-AERBEL/CIDS-Governo do estado do Pará/bolsa Amazônia. Belém, PA, abr. 2008.

NIMUENDAJÚ, C. A habitação dos Timbira. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 76-101, 1944.

NUNES, F. A. Colonização agrícola e núcleos coloniais nas terras de florestas da Amazônia Oriental (Pará, Século XIX). **Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, v. 2, n. 3, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10587/6230. Acesso em: 21 fev. 2019.

PARÁ. **Álbum do Estado do Pará**: mandado organisar por S. Ex. o Snr. Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado: oito annos do governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie Chaponet, 1908. 350 p. Disponível em: http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/albuns/albumdoestadopara1908/. Acesso em: 25 out. 2019.

PEREIRA, E. T. Geoprocessamento das Sesmarias das capitanias do norte do Estado do Brasil, Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro (1650 - 1750). In: VALENCIA VILLA, C.; GIL, T. **O retorno dos mapas**: sistemas de informação geográfica em história. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. 516 p.

PROST, G. **História do Pará**: do período da borracha nos dias atuais. [Belém, PA]: Secretaria de Estado de Educação, 1998. (Serie Estante da Amazônia, 2).

QUINTILIANO, A. **Grão Pará**: resenha histórica. Belém, PA: Ed. Imprensa Universidade do Pará, 1921.

REBELLO, F. K.; HOMMA, A. K. O. **História da colonização do Nordeste Paraense**: uma reflexão para o futuro da Amazônia. Belém, PA: EDUFRA, 2017.

SANTA-BRÍGIDA, M. R. S. Sistemas de produção agrícola familiar do Posto Indígena Alto Rio Guama - Povo Tembé. **Revista Agricultura Familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento, v. 4, n. 4, p. 231-258, 2004. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18542/raf.v4i4.4498. Acesso em: 27 fev. 2019.

SANTOS, A. **1628-1928** – tricentenário do Patrimônio municipal de Belém. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1928. (Coleção de Obras Raras).

SOUZA FILHO, D. de. Geoprocessamento de sesmarias na Amazônia colonial. In: VALENCIA VILLA, C.; GIL, T. **O retorno dos mapas**: sistemas de informação geográfica em história. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. 516 p. Disponível em: http://lhs.unb.br/Valencia&Gil.%20O%20retorno%20dos%20Mapas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

TAVARES, M. G. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista Acta Geográfica**, ano II, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5654/acta.v2i3.204. Acesso em: 11 dez. 2019.

VARNHAGEN, F. A. de. **História geral do Brasil**: antes da sua separação e independência de Portugal. 6. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

VIANNA, A. O. N. Estudos sobre o Pará. Limites do Estado, primeira parte. Limites com o Estado do Amazonas. **Diario Official**, Belém, PA, 1899.

VIDAL, M. C.; MALCHER, M. A. **Sesmarias**. Belém, PA: ITERPA, 2009. 120 p. Disponível em: http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/sesmarias.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993. 371 p.

XIMENES, C.; COELHO, A. W. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 535-554, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981.81222017000200015. Acesso em: 25 fev. 2020.